

Alteração do Estatuto Social

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p align="center">TÍTULO I</p> <p align="center">DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS</p> <p align="center">CAPÍTULO I</p> <p align="center">DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO</p> <p>Art. 1º (...)</p> <p>Parágrafo único. da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central Cecresp sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p>	<p align="center">TÍTULO I</p> <p align="center">DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS</p> <p align="center">CAPÍTULO I</p> <p align="center">DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO</p> <p>Art. 1º (...)</p> <p>§1º da Cooperativa deverá ser homologada pelo Sicoob Central Cecresp sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>§2º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01/05/2017, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Sorocaba e Região – Sicoob Cooperaso.</p> <p>§3º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07/02/2020, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Sorocaba e</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
	<p>Região – Sicoob Cooperaso</p> <p>§4º Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24/11/2020 a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Mútuo de Livre Admissão da Região Administrativa de Sorocaba e Região – Sicoob Cooperaso</p>	
<p>CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)</p> <p>Art. 3º (...)</p>	<p>CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)</p> <p>Art. 3º (...)</p> <p>VI. administração temporária pela Sicoob Central Cecresp ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da Cooperativa ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.</p> <p>VII. a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente entre as entidades do Sicoob e, em caso de desligamento, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento.</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>§ 8º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.</p>	<p>(...)</p> <p>§ 8º A Cooperativa é aderente ao Comitê de Remuneração, constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.</p> <p>§ 9º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.</p>	
<p>Art. 7º Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos em qualquer Município do território nacional.</p> <p>§ 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).</p> <p>§ 2º Não podem associar-se as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades</p>	<p>Art. 7º Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos em qualquer Município do território nacional.</p> <p>§ 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).</p> <p>§ 2º Não podem ser admitidos no quadro social da <i>Cooperativa</i> ou nele permanecer, além das hipóteses</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>principais da própria Cooperativa.</p> <p>§ 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional.</p>	<p>previstas na legislação:</p> <p>I. as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. o associado que deixar de operar com a <i>Cooperativa</i>, ou por meio dela, por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.</p> <p>§ 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional.</p> <p>§ 4º Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social.</p>	
<p>CAPÍTULO II DOS DIREITOS</p> <p>Art. 9º São direitos dos associados:</p> <p>(...)</p>	<p>CAPÍTULO II DOS DIREITOS</p> <p>Art. 9º São direitos dos associados:</p> <p>(...)</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>§ 1º O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.</p> <p>§2º O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes.</p>	<p>Parágrafo único. Não pode votar nem ser votado o associado pessoa natural que seja empregado ou preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i>.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DO DEVERES</p> <p>Art. 10 São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i>.</p> <p>(...)</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DOS DEVERES</p> <p>Art. 10 São deveres dos associados:</p> <p>I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i>, <i>ou por intermédio dela</i>;</p> <p>(...)</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>
<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO</p> <p>Art. 12 A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:</p> <p>I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à <i>Cooperativa</i>, inclusive infringir</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO</p> <p>Art. 12 A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:</p> <p>I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à <i>Cooperativa</i> <i>e/ou à sua imagem</i>, inclusive infringir dispositivos infra estatutários</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º O associado será notificado por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.</p> <p>(...)</p>	<p>aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º O associado será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião do Conselho de Administração (teor alternativo: da Diretoria Executiva) em que houve a eliminação, por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação.</p> <p>(...)</p>	
<p>Art. 13 A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.</p>	<p>Art. 13 A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:</p> <p>(...)</p> <p>IV. fraude ou determinação legal;</p> <p>Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV ocorrerá por ato do Conselho de Administração (teor alternativo: da Diretoria Executiva), à exceção do motivo previsto no art. 7º, § 2º, inciso I, observadas as regras para eliminação de associados</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p style="text-align: center;">TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS</p> <p>Art. 27 O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais. devendo ser observado o seguinte para as sobras e perdas:</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:</p> <p>I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim;</p>	<p style="text-align: center;">TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS</p> <p>Art. 27 O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:</p> <p>I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim;</p> <p>II. mantido na conta de sobras ou perdas</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>II. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas:</p> <p>III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas na alínea anterior forem insuficientes e considerando-se as operações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>	<p>acumuladas:</p> <p>III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas na alínea anterior forem insuficientes e considerando-se as operações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>	
<p>TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</p> <p>Art. 29 A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral; II. Conselho de Administração; III. Diretoria Executiva; IV. Conselho Fiscal.</p> <p>(...)</p>	<p>TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</p> <p>Art. 29 A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais:</p> <p>I. Assembleia Geral; II. Conselho de Administração; III. Diretoria Executiva;</p> <p>(...)</p>	<p><i>Exclusão do Cofis</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p align="center">CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL</p> <p align="center">SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 30 A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.</p>	<p align="center">CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL</p> <p align="center">SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 30 A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.</p>	<p><i>Exclusão do Cofis</i></p>
<p align="center">SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 31 (...)</p> <p>§2º Quando houver eleição do Conselho de</p>	<p align="center">SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO</p> <p>Art. 31 (...)</p> <p>§2º Quando houver eleição do Conselho de</p>	<p><i>Exclusão do Cofis</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
Administração ou do Conselho Fiscal , a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.	Administração, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.	
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DA ATA</p> <p>Art. 37 Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral deverão constar de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da Assembleia, por comissão composta de 3 (três) delegados.</p> <p>§ 1º Devem, também, constar da ata da Assembleia Geral:</p> <p>I. — para membros eleitos, nomes completos, número de CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade (tipo, número, data de emissão e órgão expedidor da carteira de identidade), data de nascimento, endereço completo (inclusive CEP), órgãos estatutários, cargos e prazos de mandato;</p> <p>II. — referência ao estatuto social reformado que será anexo da ata;</p> <p>III. — a declaração pelo secretário de que ata foi lavrada em folhas soltas, quando for o caso, ou que ela é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.</p>	Sem correspondência	<i>Enumeração dos demais artigos.</i>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>§ 2º A ata da assembleia semipresencial ou digital poderá ser assinada isoladamente pelo presidente e secretário da mesa, que certificarão em tais documentos os associados presentes.</p>		
<p style="text-align: center;">SEÇÃO III V DAS DELIBERAÇÕES</p> <p>Art. 39 É de competência da Assembleia Geral deliberar:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>. II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal; III. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor; IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social; V. filiação e demissão da <i>Cooperativa</i> ao Sicoob Central Cecresp; 	<p style="text-align: center;">SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES</p> <p>Art. 38 É de competência da Assembleia Geral deliberar, <i>além do previsto nos arts. 34 e 35, sobre:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> III. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>, <i>o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração;</i> IV. <i>a eleição e/ou</i> destituição de membros do Conselho de Administração; VI. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor; VII. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social; VIII. filiação e demissão da <i>Cooperativa</i> ao Sicoob Central Cecresp; 	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</p> <p>Art. 40 A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:</p> <p>I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:</p> <p>a) relatório da gestão;</p> <p>b) balanço;</p> <p>c) relatório da auditoria independente;</p> <p>d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</p> <p>Art. 39 A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:</p> <p>I. prestação de contas dos órgãos de administração, compreendendo:</p> <p>a) relatório da gestão;</p> <p>b) balanço;</p> <p>c) relatório da auditoria independente;</p> <p>d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da <i>Cooperativa</i>.</p> <p>II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>das perdas verificadas no exercício findo;</p> <p>III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas- partes integralizadas;</p> <p>IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da <i>Cooperativa</i>, quando for o caso;</p> <p>V. por ocasião da eleição e quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;</p> <p>V. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;</p> <p>VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 41 deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10</p>	<p>III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas- partes integralizadas;</p> <p>IV. eleição dos membros do Conselho de Administração da <i>Cooperativa</i>, quando for o caso;</p> <p>V. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no conselho de administração, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;</p> <p>VI. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 41 deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
(dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.		
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Art. 42 O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, bem como no respectivo regulamento eleitoral, devendo ser observadas também as seguintes condições para ocupação e exercício de cargo estatutário:</p> <p>I. exceto no caso de diretor executivo, ser associado, pessoa natural da Cooperativa;</p> <p>II. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;</p> <p>III. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Art. 41 As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i> seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário:</p> <p>I. ser pessoa natural;</p> <p>II. ser associado pessoa natural com no mínimo 05 (cinco anos) ininterruptos como cooperado na data que antecede a data da Assembleia para ser membro do Conselho de Administração, essa exigência não se aplica aos membros da Diretoria Executiva;</p> <p>III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria Executiva;</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i>, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;</p> <p>V. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;</p> <p>VI. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.</p>	<p>IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;</p> <p>V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i>, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;</p> <p>VI. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;</p> <p>VII. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado que for eleito diretor na própria cooperativa;</p> <p>VIII. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual o conselheiro de administração ou o diretor da <i>Cooperativa</i> seja administrador ou controlador;</p> <p>IX. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.</p> <p>(...)</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
	<p>§ 4º O processo eleitoral segue o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.</p>	
<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 43 O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 15 (quinze) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente.</p> <p>§1º Na Assembleia Geral em que foram eleitos, os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão à parte imediatamente e escolherão, entre os respectivos membros, o presidente e o vice-presidente.</p> <p>§2º. Para ser eleito Conselheiro de Administração, o associado deverá ter no mínimo 5 (cinco) anos de filiação na Cooperativa.</p> <p>§3º Por deliberação, de 2/3 dos seus membros, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir o presidente ou vice-presidente justificadamente.</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 42 O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 13 (treze) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente.</p> <p>§1º Na Assembleia Geral em que foram eleitos, os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão à parte imediatamente e escolherão, entre os respectivos membros, o presidente e o vice-presidente.</p> <p>§2º. Para ser eleito Conselheiro de Administração, o associado deverá ter no mínimo 5 (cinco) anos de filiação na Cooperativa.</p> <p>§3º Por deliberação, de 2/3 dos seus membros, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir o presidente ou vice-presidente justificadamente.</p>	<p><i>A cooperativa não confirmou se esse item será alterado.</i></p> <p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>Art. 44. O mandato do Conselho de Administração é de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.</p> <p>Parágrafo único O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p>	<p>Art. 43. O mandato do Conselho de Administração é de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.</p> <p>§ 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p>§ 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho.</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 45 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros.</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 44 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração</p> <p>I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração;</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
(...)	(...)	
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 46 Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.</p> <p>II. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros.</p> <p>III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:</p> <p style="padding-left: 20px;">a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 45 Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:</p> <p>I. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.</p> <p>II. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros.</p> <p>III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:</p> <p style="padding-left: 20px;">a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>desempenhar suas atribuições;</p> <p>b) renúncia;</p> <p>c) destituição;</p> <p>d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;</p> <p>e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa</i>, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;</p> <p>f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>g) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 42 deste Estatuto Social.</p> <p>(...)</p>	<p>b) renúncia;</p> <p>c) destituição;</p> <p>d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;</p> <p>e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria <i>Cooperativa</i>, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;</p> <p>f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>g) não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral;</p> <p>h) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 42 deste Estatuto Social.</p> <p>i) não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação da Central, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.</p> <p>(...)</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
	<p>§ 5º A análise quanto ao caráter definitivo ou não da pendência de que trata a alínea <i>h</i> do inciso III do <i>caput</i> deste artigo cabe à Central, a partir das informações e evidências apresentadas pelo envolvido.</p>	
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 47 Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p>I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da <i>Cooperativa</i>, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral;</p> <p>III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 46 Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:</p> <p>I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da <i>Cooperativa</i>, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos e os membros do Comitê de Auditoria e de outros comitês técnicos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições e sua remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente;</p> <p>III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>IV. aprovar e divulgar, por meio de resolução, as políticas da Cooperativa;</p> <p>V. acompanhar o cumprimento das políticas, das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;</p> <p>VI. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p> <p>VII. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;</p> <p>VIII. deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p>IX. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;</p> <p>X. propor à Assembleia Geral Extraordinária alteração no estatuto social;</p> <p>XI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates),</p> <p>XII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;</p> <p>XIII. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;</p> <p>XIV. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;</p> <p>XV. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);</p> <p>XVI. manifestar-se sobre o relatório da</p>	<p>como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;</p> <p>IV. aprovar Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;</p> <p>V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;</p> <p>VI. deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;</p> <p>VII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;</p> <p>VIII. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva;</p> <p>IX. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;</p> <p>X. deliberar sobre a criação de comitês consultivos subordinados ao Conselho de Administração;</p> <p>XI. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;</p> <p>XII. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);</p> <p>XIII. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;</p> <p>XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;</p> <p>XVII. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;</p> <p>XVIII. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p>XIX. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a Cooperativa Central a qual estiver filiada;</p> <p>XX. autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão; propor a revisão do valor estipulado para subscrição e integralização de quotas de capital, conforme art.17; examinar e deliberar sobre propostas da Diretoria Executiva relativas a plano de cargos e salários, estrutura organizacional da</p>	<p>no âmbito da <i>Cooperativa</i>, especialmente as que lhes forem encaminhadas pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;</p> <p>XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;</p> <p>XVI. <i>deliberar sobre as regras e os critérios de exceção ligados à concessão de operações de crédito, de forma a gerir possíveis conflitos de interesses e resguardar os interesses da Cooperativa. (inciso facultativo)</i></p> <p>XVII. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a Cooperativa Central a qual estiver filiada;</p> <p>XVIII. autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão;</p> <p>XIX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis e imóveis próprio da Cooperativa, <i>bem como de imóveis não de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva;</i></p> <p>XX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs).</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>Cooperativa e normativos internos;</p> <p>XXI. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis e imóveis próprio da Cooperativa.</p> <p>XXII. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs).</p>	<p>XXI. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i>, exceto a sua sede, quando delegado pela Assembleia Geral;</p>	
<p style="text-align: center;">SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 49 A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) diretores, que poderão ser associados ou não, sendo um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e de Riscos, um Diretor de Negócios e um Diretor de Expansão.</p>	<p style="text-align: center;">SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 48 A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) diretores, que poderão ser associados ou não, <i>desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas</i>, sendo um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e de Riscos, um Diretor de Negócios e um Diretor de Expansão.</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>
<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Art. 50 Compete à Diretoria Executiva:</p>	<p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Art. 51 Compete à Diretoria Executiva:</p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>III. supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação, zelando e mantendo informado o Conselho de Administração sobre a gestão de riscos, implantando as medidas exigidas nos normativos aplicáveis</p> <p>IV. aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;</p> <p>V. informar ao Conselho de Administração sobre o estado econômico-financeiro e sobre a ocorrência de fato relevante no âmbito da <i>Cooperativa</i>;</p>	<p>I. adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>II. elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;</p> <p>III. supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;</p> <p>IV. aprovar a admissão de associados, e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;</p> <p>V. informar ao Conselho de Administração sobre o estado econômico-financeiro e sobre a ocorrência de fato relevante no âmbito da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>VI. avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários, e à</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>VI. deliberar sobre a contratação de empregados, os quais não poderão ser parentes entre si ou dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, até 2º grau, em linha reta ou colateral e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;</p> <p>VII. aprovar e divulgar normativos operacionais internos da Cooperativa;</p> <p>VIII. zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;</p> <p>IX. estabelecer mecanismos para que os direitos dos associados sejam observados, inclusive em relação aos canais de recebimento de informações;</p> <p>X. elaborar proposta de criação de fundos e submeter ao Conselho de Administração;</p> <p>XI. estabelecer o horário de funcionamento da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>XII. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central Cecresp e das áreas de Auditoria e Controles Internos;</p>	<p>estrutura organizacional da Cooperativa;</p> <p>VII. aprovar e divulgar normativos operacionais internos da Cooperativa;</p> <p>VIII. zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;</p> <p>IX. estabelecer mecanismos para que os direitos dos associados sejam observados, inclusive em relação aos canais de recebimento de informações;</p> <p>X. elaborar proposta de criação de fundos e submeter ao Conselho de Administração;</p> <p>XI. estabelecer o horário de funcionamento da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>XII. adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central Cecresp e das áreas de Auditoria e Controles Internos;</p> <p>XIII. propor alterações estatutárias, regimentais ou dos manuais de procedimentos, quando necessário;</p> <p>XIV. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, quando delegado pelo Conselho de Administração;</p>	

Estatuto Social vigente		Proposta de Redação	Justificativa
XIII.	propor alterações estatutárias, regimentais ou dos manuais de procedimentos, quando necessário;	XV.	
XIV.	deliberar sobre a venda de bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento, execução judicial ou extrajudicial de garantias, oriundos de operações de créditos com associados, inclusive os bens recebidos no âmbito da Lei 9.514/97;	XVI.	
XV.	deliberar sobre a compra e venda de bens móveis de uso próprio da Cooperativa;	XVII.	
XVI.	deliberar sobre alienação de bens não de uso próprio recebidos na execução de garantias.	XVIII.	
XVII.	aprovar as taxas a serem praticadas para as operações de captação e de aplicação de recursos;	XIX.	
XVIII.	assinar sempre em conjunto de dois diretores, todos os documentos, inclusive escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização de tais negócios, na forma da regulamentação em vigor	XX.	
		outorgar mandatos a empregado da <i>Cooperativa</i> ou a advogado, estabelecendo poderes específicos, extensão e validade do mandato, quando for o caso.	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>Art. 51 Compete ao Diretor Geral, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>I. representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 48, que somente poderá ser exercida se houver delegação específica do presidente do Conselho de Administração;</p> <p>II. substituir o Diretor Administrativo e de Risco, o Diretor de Negócios e o Diretor de Expansão;</p> <p>III. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>IV. coordenar, junto com os demais diretores as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>V. representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;</p> <p>VI. supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> fazendo cumprir as decisões do Conselho de Administração;</p> <p>VII. informar, tempestivamente, o Conselho</p>	<p>Art. 52 Compete ao Diretor Geral, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i>:</p> <p>I. representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 48, que somente poderá ser exercida se houver delegação específica do presidente do Conselho de Administração;</p> <p>II. abrir, movimentar, encerrar contas bancárias e realizar pagamentos da <i>Cooperativa</i>, em conjunto com outro Diretor Executivo;</p> <p>III. substituir o Diretor Administrativo e de Risco, o Diretor de Negócios e o Diretor de Expansão;</p> <p>IV. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p> <p>V. coordenar, junto com os demais diretores as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>VI. representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;</p> <p>VII. supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i></p>	<p><i>Adaptação ao modelo padrão Sicoob.</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;</p> <p>VIII. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;</p> <p>IX. outorgar mandato a empregado da <i>Cooperativa</i> ou à advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;</p> <p>X. decidir, em conjunto com os demais diretores, sobre a admissão e a demissão de empregados;</p> <p>XI. executar as políticas e diretrizes de recursos humanos e tecnológicas;</p> <p>XII. estabelecer medidas que promovam a participação efetiva dos associados ou delegados, quando houver;</p> <p>XIII. prover recursos e garantir a implantação e acompanhamento dos programas sociais da Cooperativa;</p> <p>XIV. resolver os casos omissos, em conjunto com o da área respectiva;</p> <p>XV. auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral;</p> <p>XVI. acompanhar a qualidade do atendimento aos cooperados;</p>	<p>fazendo cumprir as decisões do Conselho de Administração;</p> <p>VIII. informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;</p> <p>IX. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;</p> <p>X. outorgar mandato a empregado da <i>Cooperativa</i> ou à advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;</p> <p>XI. decidir, em conjunto com os demais diretores, sobre a admissão e a demissão de empregados;</p> <p>XII. executar as políticas e diretrizes de recursos humanos e tecnológicas;</p> <p>XIII. estabelecer medidas que promovam a participação efetiva dos associados ou delegados, quando houver;</p> <p>XIV. prover recursos e garantir a implantação e acompanhamento dos programas sociais da Cooperativa;</p> <p>XV. resolver os casos omissos, em conjunto com o da área respectiva;</p> <p>XVI. auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral;</p>	

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>XVII. executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.</p> <p>XVIII. dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares.</p>	<p>XVII. acompanhar a qualidade do atendimento aos cooperados;</p> <p>XVIII. executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.</p> <p>XIX. dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares.</p> <p>XX. cumprir com as atribuições definidas em regimento interno;</p> <p>XXI. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i>;</p>	
<p style="text-align: center;">SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO</p> <p>Art. 58 A administração da Cooperativa será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 03 (três) anos pela Assembleia Geral.</p>		<p><i>Exclusão do Conselho Fiscal</i></p> <p><i>Enumeração dos demais artigos</i></p>

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.</p> <p>§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO II</p> <p style="text-align: center;">DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL</p> <p>Art. 59 Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 46 deste Estatuto Social.</p> <p>§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.</p> <p>§ 2º No caso de vacância, será efetivado o membro suplente.</p> <p>§ 3º Ocorrendo 2 (duas) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.</p> <p style="text-align: center;">SUBSEÇÃO III</p> <p style="text-align: center;">DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL</p>		

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>Art. 60 O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:</p> <p>I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros;</p> <p>II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;</p> <p>III. III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.</p> <p>§ 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.</p> <p>§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por quaisquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.</p> <p>§ 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo.</p> <p>SUBSEÇÃO IV</p>		

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL</p> <p>Art. 61 Compete ao Conselho Fiscal:</p> <p>I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;</p> <p>II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;</p> <p>III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;</p> <p>IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes; convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;</p> <p>VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;</p> <p>VII. comunicar, por meio de qualquer de seus</p>		

Estatuto Social vigente	Proposta de Redação	Justificativa
<p>membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer lhes informação ou documento;</p> <p>VIII. aprovar o próprio regimento interno.</p> <p>Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.</p>		